

## O PARADIGMA ESTÉTICO DA BIBLIOTECA JOANINA: BIBLIOTECAS CONVENTUAIS SETECENTISTAS

Sandra Costa Saldanha\*

### 1. INTRODUÇÃO

No contexto da história das bibliotecas, o capítulo dedicado à sua estrutura funcional, soluções espaciais, decoração e equipamentos, tem sido particularmente esquecido, tanto pelos autores que se dedicam ao estudo do livro e das bibliotecas, como pela historiografia da arte. Com efeito, a maioria das análises privilegia, sobretudo, uma abordagem na perspectiva do acervo, sua constituição e organização, patronos, especificidade temática, sistemas de classificação, entre outros. O entendimento multidisciplinar do tema, conjugando a história do livro e das bibliotecas, à história da arte e das ideias, como domínios científicos transversais, tem sido descurado.

No caso concreto de Portugal, com excepção da biblioteca joanina, pouca atenção tem sido concedida à chamada arte das bibliotecas, quase sempre abordada ocasionalmente, em obras dedicadas a outros temas.

Assunto que constitui, com efeito, um excelente exercício de análise estética, revelando-se um eficaz indicador do gosto e dos modelos seguidos em cada época, as soluções estruturais encontradas para receber estes acervos, necessariamente adequadas à própria organização das instituições que as congregam, emergem como um paradigma de grande coerência e unidade estilística, onde podemos integrar:

- As características arquitectónicas do edifício.
- As características dos espaços, sua distribuição, decoração e mobiliário.
- As características do acervo, nomeadamente as importantes colecções de arte presentes em algumas destas bibliotecas, conservadas em galerias de pintura ou gabinetes de “curiosidades”.

\* Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja

A nova dimensão pública da biblioteca na Idade Moderna, como espaço de comunhão e acesso generalizado, corresponde, sem dúvida, a uma crescente preocupação com a sua componente decorativa. Convertendo estes interiores em espaços particularmente cuidados, em Portugal, alcançaria o seu maior esplendor na época barroca (Pimentel, 1989: 88).

## 2. BIBLIOTECAS CONVENTUAIS SETECENTISTAS: ENTRE A HERANÇA JOANINA E OS NOVOS MODELOS

No seguimento do projecto régio de reforma dos estudos universitários, e atendendo à necessidade de armazenar as obras então disponíveis, D. João V patrocinará a construção de uma nova e moderna biblioteca em Coimbra, que dotará de um generoso orçamento e enriquecerá de um notável acervo bibliográfico. Reconhecida como uma das mais belas e sumptuosas bibliotecas europeias, classificada por André Masson, autor da obra referencial *Le décor des bibliothèques*, como “uma das realizações mais perfeitas da arte de bibliotecas e da sua iconografia erudita”, a livraria joanina constitui, no plano estético, um momento único e sem precedentes da arte nacional.

Erguida entre 1717 e 1728, representa, por outro lado, um paradigma do próprio poder real. Empreendimento entendido como uma oportunidade de fixar a marca inequívoca do patronato régio, por via de um poderosíssimo programa artístico, exhibe cenograficamente toda uma simbologia de exaltação ao monarca. Com o seu grande brasão no exterior, coroando o portal barroco, convida o visitante a um percurso pela sequência dos arcos das suas três salas, conducente à própria imagem de D. João V. Habilmente figurada no apoteótico retrato do soberano, enquadrado numa panóplia de elementos ornamentais, obriga a que o olhar se concentre nesse pólo, como se de um altar se tratasse (Pimentel, 2009: 17). Sintetizando toda a simbologia das suas opções estéticas, a imagem do monarca fundador emerge, pois, em cenário de tamanho aparato, como um emblema do seu próprio prestígio.

Ícone incontornável do barroco europeu e da chamada arte das bibliotecas, ao impacto da grande empresa joanina não seriam naturalmente alheias as realizações futuras. E, com efeito, o seu exemplo frutificaria a breve prazo, revelando-se a década de 70 particularmente próspera em realizações desta natureza.

Projectos nem sempre finalizados, deveremos mencionar duas interessantes iniciativas empreendidas no âmbito das reformas pombalinas: a ampliação da própria biblioteca coimbrã (1772) e a criação da biblioteca pública da Real Mesa Censória (1773), a instalar em Lisboa, na ala Ocidental do Terreiro do Paço. Estruturas nunca concretizadas, para compreendermos o paradigma estético em que assenta a concepção das bibliotecas conventuais setecentistas, concentremos a nossa atenção em duas das mais importantes obras empreendidas por esses mesmos anos: as bibliotecas dos conventos franciscanos de Nossa Senhora e Santo António, em Mafra (1772) e de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa (1773). Idealizadas num dos momentos de maior relevância desta arte no nosso país, esteticamente filiadas nos modelos internacionais do seu tempo, representam um dos mais originais contributos de Portugal no contexto da arte europeia.

### **2.1. A biblioteca do convento de Mafra**

Considerada como o mais monumental e elegante produto da arte das bibliotecas em Portugal (Pimentel, 1989: 92), a iniciativa de erguer em Mafra uma biblioteca, naturalmente contemplada no projecto inicial do complexo, apenas viria a concretizar-se em finais do século XVIII. Com efeito, pese embora as importantes encomendas de livros feitas por D. João V, a concretização da obra apenas teria lugar no reinado de D. José I. Armazenando-se então o acervo nas duas “Casas da Livraria”, próximas das actuais instalações, só em 1772, quando chegam a Mafra os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (oriundos do mosteiro de S. Vicente de Fora), a grande sala destinada à livraria conventual será equipada para receber a vasta herança bibliográfica iniciada pelo soberano fundador. E assim, segundo os planos e orientações de Manuel Caetano de Sousa, o espaço era dotado de um elegante conjunto de estantes em madeira, revestindo integralmente as suas paredes.

Arquitecto oriundo de Mafra, detentor de inúmeros cargos ao longo de toda a centúria, alcançaria relevantes funções, com destaque para aquelas que justificariam a sua presença em alguns dos mais emblemáticos empreendimentos régios, nomeadamente, nos paços de Mafra, Bemposta e Ajuda. Sucedendo, na variedade das suas incumbências, a nomes como os de João Pedro Ludovice, Mateus Vicente de Oliveira ou Reinaldo Manuel dos Santos, assumiria funções de arquitecto das Ordens Militares (1766), da

Casa do Infantado e da Patriarcal (1785) e das Obras Públicas (1792), culminando a sua carreira no novo paço da Ajuda<sup>1</sup>. Ora, será precisamente na qualidade de arquitecto das Obras Públicas que actuará em Mafra.

Num tempo em que a gestão das obras se alterava significativamente, concedida que era aos Cónegos Regrantes, interessa mencionar a sua efectiva responsabilidade nesta empreitada. Como esclarece Miguel Carlos Caldeira, com o pretexto de “limitar a despeza”, eram os religiosos dotados de uma quantia anual no valor de 24.000\$000 réis, destinada à “total despeza da Igr.<sup>a</sup>, Palacio, e sachristia, e manutenção da comunidade, e dirigido tudo pelos R.<sup>os</sup>, Principe, e Chagas, que apresentavam as suas contas ao Marquez de Pombal”<sup>2</sup>. De facto, como pudemos clarificar em estudo anterior (Saldanha, 2012), D. José I atribuiu aos novos ocupantes do convento um impressionante conjunto de rendimentos, destinados à sua sobrevivência e manutenção da grande fábrica joanina<sup>3</sup>. Proventos arrecadados no chamado cofre das três chaves, dali despendiam os seus novos guardiões “o q. prudentem.<sup>e</sup> se julgar necess.<sup>o</sup> para as reparações, e pequenas obras”<sup>4</sup>. E assim, como reconhece Joaquim da Conceição Gomes, os Regrantes vinham gastar em Mafra “as suas rendas; e com effeito, na conservação e melhoramento do edificio dispenderam elles importantes sommas.” (Gomes, 1898: 11).

Prosseguindo as intervenções a seu cargo, disse mesmo nos informa uma “Relação das obras realizadas na cidade de Mafra pelos padres de Santo Agostinho, para que sejam ressarcidos de seu débito pela Coroa Real”<sup>5</sup>. Com efeito, a intervenção dos Regrantes enquadra-se numa dinâmica bastante mais vasta. Desempenhando um importante papel no desenvolvimento das obras e manutenção do convento, durante mais de vinte anos, a eles se ficaram a dever inúmeros “melhoramentos e restauros” (Gomes, 1898: 13). E, com efeito, da sua actuação resultaria a conclusão de grande parte da decoração escultórica do templo, a fundação do Real Colégio de Mafra, e o enriquecimento da grande biblioteca, de que particularmente nos ocupamos. Liquidando centenas de rubricas de verbas com “obras novas”, ordinárias e “de reparos”, destacamos entre essas os “gastos da livraria”<sup>6</sup>, concretizando “as estantes que ainda faltavam (...) de cuja obra foi Architecto Manoel Caetano Portuguez” (Santana, 1819: I, 1). Pese embora o papel central dos Regrantes neste processo, subentende-se que concluem, portanto, um trabalho já iniciado.

Projecto que os cónegos não chegariam a ver concluído, previa a douragem das estantes e a colocação de retratos nos medallhões ovais (Assunção, 1958: 81). Com o seu regresso a S. Vicente de Fora, por ordem do príncipe regente (12 de Maio de 1792), ficariam por dourar, “como os mesmos cónegos tinham determinado” (Santana, 1819: I, 1).

A transferência dos livros para a nova livraria, viria contudo a concretizar-se pouco depois, já com os Arrábidos, recentemente regressados ao convento. E de novo, a gestão do cenóbio e os bens consignados para a manutenção do edifício, colégio e biblioteca, voltariam a arrecadar-se no Real Erário, por decreto de 26 de Junho de 1792. Em conformidade, privando-se os frades da sua directa gestão, as obras passavam a ser liquidadas por Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, o novo “recebedor, comprador, e Pagador do Real Convento de Mafra”<sup>7</sup>.

A obra da livraria já se encontrava, porém, terminada. Apreciados que foram os trabalhos de Manuel Caetano de Sousa, que durante vários anos desenvolveu a sua actividade ao serviço dos Cónegos Regrantes, quando em 1792 estes reingressam em S. Vicente de Fora, não deixariam de lhe reconhecer os “bons officios”, amizade e “boa vontade nas muitas vezes que tem ajudado as Dependencias desta Caza”. Por esse motivo, a 14 de Fevereiro de 1793, um ano após a sua saída de Mafra, determinam a sua eleição como arquitecto da Ordem, com o vencimento anual de 1:000\$000 réis<sup>8</sup>.

## 2.2. A biblioteca do convento de Jesus

Complexo primitivo seiscentista, que se julga iniciado pelo ano de 1615, para acolher a casa mãe da Ordem Terceira de S. Francisco<sup>9</sup>, a actual feição do extinto convento de Nossa Senhora de Jesus resulta, porém, da remodelação posterior ao terramoto de 1755, que destruíra significativamente parte das suas dependências originais<sup>10</sup>.

Objecto de diversas campanhas que lhe alterariam o perfil, resulta numa interessante simbiose entre arquitectura rococó e pombalina, pontuada de inúmeras peças provenientes das antigas instalações, entre pinturas, imagens, retábulos e painéis de azulejos. Resgatados dos escombros, como recorda João Baptista de Castro, seriam reaproveitadas “muitas excellentes pinturas, e trastes estimaveis, por não percerem de todo” (Castro, 1763: 243). E assim, diversas obras de grande relevância se conservam

ainda hoje, como a célebre *Ressurreição* de Rubens<sup>11</sup>, a capela dos Vila Franca<sup>12</sup>, as telas de Marcos da Cruz<sup>13</sup>, os sumptuosos retábulos do transepto<sup>14</sup>, ou os diversos revestimentos azulejares de António de Oliveira Bernardes.

Ultrapassadas algumas soluções provisórias, os trabalhos de reconstrução arrancariam com grande fulgor a 1 de Junho de 1757. Atendendo às intervenções de carácter mais urgente nos primeiros anos, indispensáveis ao uso e habitabilidade do complexo (como a cobertura da igreja ou os dormitórios; AHPL, Ms. 594: 176 v.), será, pois, neste quadro que terá lugar a instalação de uma nova livraria no convento de Jesus.

### **A construção da nova livraria**

Concretizadas as obras mais prementes, a reedificação do cenóbio progrediria, nos anos seguintes, graças ao impulso e frutuosa acção de Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814), como se sabe. Eleito Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco a 13 de Março de 1768, será nessa condição que assume a reconstrução do conjunto, dotando-o de duas das suas marcas mais emblemáticas: a movimentada fachada da igreja e a moderna livraria do convento.

Sem pretendermos incidir no percurso eclesiástico e intelectual do prelado, particularmente estudado e bem conhecido entre nós, debruçamo-nos concretamente no papel exercido na edificação da nova biblioteca. Primeiro projecto em que se envolve directamente, desempenhará com efeito um papel central, não apenas no processo de construção, como também no seu posterior enriquecimento, através do donativo de milhares de livros<sup>15</sup>. Intervenção minuciosamente descrita na relação das obras feitas durante os nove anos da sua administração (Vaz, 2012: 90), são igualmente reveladores da evolução da empreitada os assentos dos capítulos da Ordem, registados por esses anos<sup>16</sup>.

Chegado ao fim o governo de Cenáculo, em Fevereiro de 1777, outros religiosos, tomariam parte activa na reedificação do edifício, devendo nesse contexto destacar-se os nomes de Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento e de Fr. José de Jesus Maria Mayne (1723-1792). Responsáveis por “vários melhoramentos, tanto ao corpo da igreja, como ás diversas officinas” (Convento, 1852: 18), Fr. José Mayne, em particular, assumiria um papel decisivo na prossecução da obra.

Provincial desde 1780, e figura marcante do reinado de D. Maria I, à sua condição de confessor de D. Pedro III não terá sido alheio o crescente apoio concedido pela Casa Real ao convento de Jesus. Interesse suscitado desde os primeiros anos da construção, ainda em tempos josefinos, regista-se no capítulo de 16 de Junho de 1770 a visita do futuro soberano ao convento. Conduzida por Cenáculo, pôde então o príncipe apreciar, para além da igreja e restantes dependências, “os livros arrumados para se collocarem em a nova Livraria” (AHPL, Ms. 598: 419-421).

Manifesta a protecção da Casa do Infantado já desde o início da década de 70 (AHPL, Ms. 594: 258), seria formalizada por alvará de D. Pedro III, que toma sob sua protecção a Província da Terceira Ordem de S. Francisco (AHPL, Ms. 594: 372). Numa época em que se encontravam terminados os trabalhos da fachada, mas em que prosseguiam ainda as obras na biblioteca (AHPL, Ms. 594: 385 v.), verifica-se um incremento de donativos e empréstimos, feitos por D. Maria I à Província, para pagamento dos mestres.

Para além da possível influência exercida junto dos monarcas, o padre Mayne concorria também directamente para a conclusão da obra, através da sua própria contribuição financeira. Com uma primeira doação a 24 de Maio de 1780, pretendia assim que o produto dos juros e rendas revertesse a favor das obras da biblioteca, bem como da posterior aquisição de livros e contratação de dois bibliotecários, “com a obrigação não só de servir os leitores como de inventariar e catalogar as obras e objectos do Museu.” (Frei, 1930: 460)

Mas Mayne desempenha ainda um outro papel da maior importância, para lá do estrito apoio financeiro. Com efeito, será também figura incontornável na requalificação e alcance global do projecto, não apenas devido ao enriquecimento da colecção, mas, sobretudo, com a agregação de um museu e escola pública de História Natural. Iniciativas às quais se encontra, por certo, associada a colaboração de alguns artistas da sua confiança, como Bernardino da Costa Lemos ou Joaquim de Araújo, seriam estes pintores encarregues de realizar cópias para a sua célebre galeria de Ciências Naturais, mas também algumas obras para a igreja e dependências conventuais (Cirilo, 1823: 94, 162).

## O arquitecto Joaquim de Oliveira

A autoria das diversas obras iniciadas por Fr. Manuel do Cenáculo no convento de Jesus encontra-se atribuída, desde inícios do século XIX, a Joaquim de Oliveira (Descrição, 1816: 358). Arquitecto cuja obra é praticamente desconhecida, a escassez de informação que, cabalmente, fundamenta a sua participação em encomenda de tamanha importância, à margem dos circuitos oficiais, tem ocasionado algumas dúvidas, sendo posta em causa por diversos autores.

Aprendiz de arquitecto na Casa das Obras em 1762, vindo depois a assumir sucessivas incumbências oficiais<sup>17</sup>, facto é que, à data de início das obras, Joaquim de Oliveira não possuía qualquer encargo de relevo. Circunstância que leva alguns autores a supor certa imaturidade profissional, as reservas em aceitar uma encomenda directa é ampliada pelo conhecimento de uma listagem das suas obras. Elaborada pelo próprio no final da carreira, descrevendo a actividade desenvolvida ao longo de cinquenta anos, não apresenta qualquer referência ao projecto de Jesus, estranheza tanto mais acentuada por se tratar, certamente, de uma empreitada de peso, a juntar ao seu já longo *curriculum* (Rossa, 1989: 329).

Pese embora os argumentos apontados, o risco das obras promovidas por Cenáculo é, comprovadamente, de Joaquim de Oliveira, como o atestam os diversos contratos de execução, sucessivamente firmados, por escrituras de 19 de Fevereiro de 1771<sup>18</sup>, 9 de Dezembro de 1773<sup>19</sup> e 23 de Outubro de 1793<sup>20</sup>.

Como suspeitou Walter Rossa, esta não teria sido, efectivamente, uma incumbência oficial, no contexto das obras da reconstrução da capital. Com efeito, a intervenção de Joaquim de Oliveira encontra argumento de peso nos laços familiares que o ligavam ao patrono da obra. Primo de Fr. Manuel do Cenáculo, essa relação e consequente protecção, documentada na correspondência trocada entre ambos<sup>21</sup>, valeria ao arquitecto a participação sistemática noutros projectos empreendidos pelo prelado, nomeadamente em Beja e Évora (Caetano, 2011: 54).

Por outro lado, esta que se afigurava como uma obra marginal à reconstrução pombalina (fosse pelos seus contornos estilísticos, claramente à margem da programática vigente, fosse pelo carácter privado que assume), granjearia o apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a aprovar os riscos de Joaquim de Oliveira. Assunto que seria objecto de discussão no capítulo celebrado a 12 de Fevereiro de 1771, em “tempo de iniciar a obra da livraria, e

das mais que mostram as plantas”, enceta-se a empreitada com a directa anuência de Pombal, que assina e valida os riscos “*como obra pública da cidade*” (AHPL, Ms. 594: 244 v.).

Despoleta-se, a partir de então, o processo de formalização da empreitada, em ordem à definição das suas etapas, cronograma de pagamentos e consignações, celebrando-se, sete dias mais tarde, o primeiro contrato para execução da fachada e livraria, com o mestre de obras Francisco António. Firmado no convento de Jesus, na cela do Provincial e Definidor Geral, Fr. António Martins da Soledade, e sob os olhares do padre Mayne e Fr. Manuel de S. Jerónimo, ali se estabelece a realização das obras por um prazo de três anos, “com toda a perfeição e sigurança conforme a arte”. Definindo-se ainda que fosse “examinada pelo d.º Architecto”, caso não resultasse “conforme a arte” ou “se por erro seu não seguir as d.ªs Plantas e Riscos”, obrigava-se o mestre a “desmanchar e fazello à sua custa de forma q. fique como deve ser”<sup>22</sup>.

Joaquim de Oliveira contava assim com a assistência de um colaborador particularmente envolvido noutros empreendimentos desta mesma esfera de influência (como o palácio de Queluz ou a basílica da Estrela)<sup>23</sup>, o mestre Francisco António, encarregue de executar as obras segundo os seus traçados. Responsável pelos trabalhos de pedreiro, carpinteiro, canteiro, ferreiro e serralheiro da renovada frontaria da igreja, edifício da torre, livraria do convento e dependências anexas, é inequívoca a obrigação de os concretizar segundo “plantas e riscos e distribuição” de Joaquim de Oliveira<sup>24</sup>.

Processo que se prolongaria por mais de duas décadas, a documentação conhecida permite-nos acompanhar de perto a restante evolução dos trabalhos, levados a cabo sob a supervisão do arquitecto e, certamente, o atento escrutínio dos seus promotores. Fontes que nos fornecem abundante informação relativa às contingências financeiras da obra, constituem vasto manancial para avaliar as dificuldades da Província em saldar pagamentos (normalmente atrasados), dívidas, fiscalização ou acertos de contas.

### 3. NO EPÍLOGO DE UM PARADIGMA

#### 3.1. Fontes e modelos

Como referido, as soluções estéticas que marcam estes empreendimentos têm por base modelos internacionais, bem conhecidos entre os seus patronos. Começando pela biblioteca joanina, jóia da arte europeia, mas também pelo conhecimento

(presencial ou não) de outras estruturas referenciais, é inegável o seu impacto na idealização destas obras em Portugal. Protótipos que se encontram especialmente documentados no contexto da acção de Fr. Manuel do Cenáculo, deverá iniciar-se este percurso, necessariamente, na biblioteca universitária, que, de resto, o prelado frequentara desde a juventude, não muito depois da sua edificação, “ainda debaixo do influxo e renovação joanina” (Vaz, 2012: 82).

Contudo, mais importante que o conhecimento pessoal destas estruturas, para a posterior multiplicação dos modelos, terá corrido a influência exercida por reproduções das grandes bibliotecas europeias. Esclarecendo quanto aos modos de transmissão dessas fórmulas artísticas, Cenáculo é claro no tocante à sua influência. Aludindo às “famosas Bibliothecas, que se representarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantarão milhares de idéias que se começarão a reproduzir, como o tempo hia permitindo” (Cenáculo, 1794: 203).

Prática bem conhecida entre nós durante o reinado de D. João V, tendo em vista os seus próprios empreendimentos, é sabido que encarrega sistematicamente os seus embaixadores de efectuar levantamentos do que de mais notável se produzia. E será precisamente depois de concluída a biblioteca da Universidade, em 1727, que Diogo de Mendonça Corte Real iniciará uma intensa troca de correspondência com os vários agentes diplomáticos do monarca, procurando reunir informação sobre o conteúdo e organização das mais célebres bibliotecas europeias. Tendo em vista a grandiosa empresa de renovação da Biblioteca Real (em vias de constituição desde 1721), certamente que vislumbraria também, dez anos passados sobre o início das obras em Mafra, a oportunidade de idealizar a sua futura livraria. Assunto estudado por Marie-Therese Mandroux-França, no âmbito da investigação sobre as políticas artísticas e culturais de D. João V (Mandroux-França, 1986: 126-127), é a autora quem dá conta de diversas instruções dirigidas a alguns diplomatas:

- Francisco Mendes de Góis (em Paris), a 25 de Fevereiro de 1727, solicitando uma investigação detalhada e cuidadosa sobre as principais bibliotecas de Paris, públicas ou privadas.
- Conde de Tarouca (em Viena), a 18 de Março de 1727, solicitando informações sobre as principais bibliotecas da Europa central, monásticas, públicas ou privadas, não apenas respeitantes aos seus acervos, mas também à sua organização material, concepção arquitectónica e decorativa.
- D. Luís da Cunha (em Haia), solicitando que proceda ao

levantamento das principais bibliotecas da Flandres e Países Baixos. Missiva respondida a 2 de Maio de 1727, informa D. Luís da Cunha que havia já iniciado a sua prospecção nas grandes livrarias monásticas e estabelecido os contactos necessários para as visitar.

Por outro lado, incontornáveis para a construção deste imaginário, terão sido também as célebres visitas de Fr. Manuel do Cenáculo a diversas bibliotecas, em Itália, França e Espanha (Domingos, 1992: 138). Visitas que resultariam na encomenda de cópias de alguns dos seus interiores, é nesse sentido que se integra um interessante conjunto de desenhos, conservado na Biblioteca Pública de Évora, incluindo plantas (Vaz, 2012: 83), possivelmente utilizadas por Cenáculo como base para os projectos delineados por Joaquim de Oliveira, para as bibliotecas de Beja e de Évora. Entre essas, revestem-se de particular interesse três reproduções aguareladas da biblioteca Casanatense em Roma, figurando dois alçados e um corte do interior, este último assinado “Tomaso Zappati Nipote di N. Pagliarini” (Caetano, 2011: 52-53). Desenhos datados de 1773, engrossam assim a lista dos argumentos que convertem esta década de 70 num dos mais prósperos períodos da arte das bibliotecas em Portugal.

### 3.2. O que se tipifica

Que colhiam então os seus patronos destas bibliotecas europeias, pessoalmente, por via de cópias, ou das memórias dos seus enviados? Desde logo, como defende Francisco Vaz, a imagem da biblioteca-museu, “repositório de livros e outras preciosidades, com um pendor universalista na aquisição de colecções”, por outro lado, a imagem da biblioteca pública, “vocationada para que esses livros e preciosidades fossem orientados para a utilidade pública.” (Vaz, 2012: 84).

Já quanto à sua concepção funcional e organização espacial, importante contributo será aquele fornecido pelo já mencionado projecto para a biblioteca pública da Real Mesa Censória. Apesar de desconhecidas plantas ou desenhos para a sua edificação, será justamente Cenáculo quem, numa sintética nota manuscrita (de 4 de Julho de 1773), “para Reynaldo Manuel fazer a Planta”, elenca as suas características essenciais<sup>25</sup>. Discriminando a necessidade de “huma Caza vasta, bem proporcionada, magestoza, capaz de muitos mil volumes”, define ainda, para além de uma grande sala

de leitura, a indispensabilidade de um átrio “para Ornato, e para decencia”, bem como diversas dependências destinadas à instalação de gabinetes, salas para mapas, raridades, manuscritos, desenhos, estampas e pinturas, armazéns, depósitos e instalações sanitárias<sup>26</sup>.

Projecto que assume especial relevância no âmbito da presente abordagem, não apenas pelo interlocutor comum, como, sobretudo, pela proximidade cronológica à biblioteca de Jesus, as indicações fornecidas a Joaquim de Oliveira, tal como aquelas que pouco depois concedia a Reinaldo Manuel, não terão sido certamente muito diferentes. E, com efeito, semelhante estruturação é atestada pela descrição que o próprio Cenáculo deixa em 1777 da livraria de Jesus. Conforme relata, era “cingida por um lado de Gabinetes em baixo, e em cima de Galeria destinada para Museu, como também a outra casa que em cima da segunda Ante Livraria abrange toda a largura da Biblioteca. Debaxo desta se fez um celeiro muito capaz, e casas para o despejo da Livraria com armazéns para alugar, e compensar com o Rendimento da cerca o desmancho das Casas, que nela havia. Não há perigo de fogo pelas excelentes abóbadas” (Vaz, 2009: 541-542).

Já no plano estético, estruturadas em vastos salões de amplo pé-direito, o elemento que mais significativamente marca a sua leitura é o revestimento integral das paredes com duas ordens estantes. Equipamento estruturador dos espaços, proporcionando unidade ao interior, constitui, por outro lado, um elemento determinante na organização das salas, que divide por áreas de saber, interferindo assim na própria classificação dos acervos. Separadas por um movimentado balcão ou galeria intermédia, desenvolvida em todo o perímetro e animada por elegante balaustrada, é sustentada por grandes mísulas e servida por escadas em caracol nos ângulos da estrutura, de acesso às prateleiras superiores. Em madeira pintada e ornadas de talha policroma ou dourada, são coroadas em Mafra por elegantes *rocaille*, e em Jesus por um conjunto de bustos novecentistas<sup>27</sup>.

### 3.3. O estilo e o gosto

Como referido, as estruturas idealizadas para acolher estas bibliotecas emergem como um paradigma estético de grande coerência estilística, ímpares pela unidade e originalidade da sua concepção, distribuição dos espaços, decoração e mobiliário.

Obras que constituem um bom indicador dos modelos estéticos de cada época, podemos deste modo afirmar que, se por um lado, as bibliotecas em que nos detivemos traduzem o gosto vigente - gerado na esfera da Corte, em que se moviam os seus patronos - constituem, por outro, um claro reflexo dos esquemas compositivos cristalizados pelos seus criadores, Manuel Caetano de Sousa e Joaquim de Oliveira. Marcadas pela generosidade das suas dimensões, elegância ornamental, profusa e repleta de referências ao *rocaille* francês, revelam-se também plenamente ilustradas na obra arquitectónica dos seus autores, de formas graciosas e movimentadas<sup>28</sup>.

Linha de realizações que integrou também, entre os seus melhores representantes, Mateus Vicente de Oliveira<sup>29</sup>, revelam-se estes arquitectos dotados de especial sensibilidade no plano ornamental, e assim capazes de corporizar as ideias estéticas dos seus encomendadores. Intervenientes aos quais tem sido concedida escassa importância, actuando em pleno período pombalino, a marca diferenciada da sua obra consiste, precisamente, na antítese ao rigor geométrico e programado dessa arquitectura dominante. Apesar de uma maior depuração decorativa em Jesus - talvez imposta por tal programática - assumem valores estéticos bem definidos, privilegiando uma orientação estética claramente rococó.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa  
*Convento de Nossa Senhora de Jesus*, Livro Primeiro do Registo da Província da Terceira Ordem da Penitência, Ms. 598.  
*Convento de Nossa Senhora de Jesus*, Segundo Livro dos Acórdãos desta Santa Província da Sagrada Ordem Terceira da Penitência do Reino de Portugal, Ms. 594.  
*Livro dos Assentos das Determinações dos Capítulos do Convento do Real Mosteiro de São Vicente de Fora* (1772-1834).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
*Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Nossa Senhora de Jesus.  
*3.º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, Cx. 144.  
*7.º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas N.º 585, Cx. 97.

9º Cartorio Notarial de Lisboa. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas N.º 657, Cx. 108.

*Condes de Linhares*. Mç. 19/1.

*Conselho Geral do Santo Ofício*. Papéis avulsos. Livro de Registos de Minutas, Mç. 2, N.º 307.

*Núcleo dos Extraídos do Conselho da Fazenda*. Casa das Obras e Paços Reais. Obras de Mafra, Livro 83 A.

- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa  
*Série Vermelha de Manuscritos*. Memórias e Controversias Ecclesiasticas do Tempo Presente, para o Estudo de Frei Vicente Salgado, Ex-Geral e Chronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Anno de 1795. Ms. 283.
- Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra  
SANTANA, Fr. João da (1819) - *Catálogo da Real Livraria de Mafra*.
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
*Colecção Portugal*. I-32, 29, 049.

#### Fontes impressas

BALBI, Adrien, 1822) - *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier Libraires.

BAZIN, Germain (1960) - La bibliothèque la plus fastueuse que j'aie jamais vue. *Connaissance des Arts*. Paris, N.º 100.

CASTRO, João Baptista (1763) - Mappa de Portugal antigo e moderno. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Vol. III.

CENÁCULO, Fr. Manuel do (1794) - Memórias historicas e appendix segundo (...) para a observancia e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco. Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol 2.

CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário da (1740) - *Claustro Franciscano, erecto no dominio da Coroa Portuguesa*. Lisboa: Antonio Isidoro da Fonseca.

DESCRIPÇÃO (1816) do Convento de N. Senhora de Jesus. *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*. Lisboa: Impressão Régia. N.º XXII, p. 357-363

FEIO, Florêncio Mago Barreto (1857) - *Memoria historica e descriptiva à cêrca da Biblioteca da Universidade de Coimbra e mais estabelecimentos annexos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FREI (1930) José Mayne: a sua cultura e sua benemerência. Os manuscritos por êle legados à antiga livraria do Convento de Jesus. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Nova Série, Vol. II (Abr. 1930) p. 446-464.

GOMES, Joaquim da Conceição (1898) - Mafra. Convento, Mosteiro. *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. 3ª Série, Tomo VIII, N.ºs 1 e 2, p. 11-13.

GUSMÃO, Armando Nobre de (1944-56) - *Catálogo da correspondência*

*dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. 6 Vols.

LOPES, F. Félix (1970-71) - Manuscritos do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa no Arquivo da Cúria Patriarcal. *Lusitania Sacra*. Lisboa. Vol. 9, p. 55-77.

MACHADO, Cirilo Volkmar (1823) - *Collecção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos e Gravadores Portugueses, e dos Estrangeiros, que Estiverão em Portugal*. Lisboa: Imp. de Victorino Rodrigues da Silva.

PEREIRA, Gabriel (1896) - Cartas geographicas e topographicas, gravadas ou manuscriptas conservadas na bibliotheca publica de Evora. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 15ª Série, N.º 6, p. 379-383.

VITERBO, Sousa (1899) - *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 3 Vols.

### Estudos

ANDRADE, Ferreira de Andrade (1946) - *O convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa: Editorial Império.

ASSUNÇÃO, Guilherme José Ferreira de (1958) - *À sombra do Convento*. Lisboa: Oficinas da Editorial Império.

AZEVEDO, Carlos de (1956) - Some Portuguese Libraries. *The Connoisseur Year Book*. London: National Magazine, p. 31-39.

BIBLIOTECAS (1982) Portuguesas. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Vol. 4, p. 649-677.

CAETANO, Joaquim Oliveira (2011) - Os Projectos do Architecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de Frei Manuel do Cenáculo. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH/UNL. N.º 8, p. 49-69.

CONVENTO (1852) de Nossa Senhora de Jesus. *O Panorama*. Lisboa. S. 3, Vol. 1, N.º 3, p. 17-18.

DOMINGOS, Manuela D. (1992) - Para a História da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 2ª Série, Vol. 7, N.º 1 (Jan.-Jun. 1992) p. 137-158.

DOMINGOS, Manuela D. (2006) - Biblioteca de bibliotecas: a génese da biblioteca pública no pensamento de Cenáculo. In VAZ, Francisco; CALIXTO, J. António, Coord. de - *D. Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, p. 23-45.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Therese (1986) - *La politique artistique européenne du roi Jean V de Portugal em direction de Paris*. Sep. *Histoire de Portugal, Histoire Européenne*. Actes du Colloque. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais.

MASSON, André (1962) - Le décor des bibliothèques anciennes au Portugal et en Espagne. *Bulletin des Bibliothèques de France*. N.º 2, p. 87-99.

- (1964) - Le Baroque dans le décor des bibliothèques (Autriche et Allemagne du Sud). *Gazette des Beaux-Arts*. Paris (Mar. 1964) p. 159-172.
- (1972) - *Le décor des bibliothèques*. Genève: Skira.
- PIMENTEL, António Filipe (1988) - O gosto oriental na obra das estantes da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra. IV Simpósio Luso-espanhol de História da Arte (actas). Coimbra, p. 347-368.
- (1989) - Bibliotecas. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 88-92.
- (1998) - Uma empresa esclarecida: a Biblioteca Joanina. *Monumentos*. Lisboa. N.º 8 (Mar. 1998)
- (2009) - A biblioteca da universidade e os seus espaços. In AMARAL, A. E. Maia do, Coord. de - *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 11-21.
- RACZYNSKI, Atanazy (1846) - *Les arts en Portugal: Lettres*. Paris: Jules Renouard.
- ROSSA, Walter (1989) - Oliveira, Joaquim de. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 329-330.
- SALDANHA, Sandra Costa (2008) - *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (2010) Coord. de - *Mosteiro de São Vicente de Fora: Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.
- (2012) - *Alessandro Giusti (1715-1799) e a Aula de Escultura de Mafra* [texto policopiado] Coimbra: [s.n.] 2 Vols. Tese de Doutoramento em História, variante História da Arte apresentada à Faculdade de Letras Universidade de Coimbra. [a aguardar defesa]
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2006) - Sobre a longa viagem da biblioteca dos reis. *Política, nação e edição o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, p. 11-45.
- SMITH, Robert (1962) - *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VAZ, Francisco António Lourenço (2012) - A ideia de Biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. *Acervos Patrimoniais novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 77-96.
- (2009a), Coord. de - *D. Manuel do Cenáculo: Instruções Pastorais, Projectos de Bibliotecas e Diário*. Porto: Porto Editora.
- (2009b) - *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

## NOTAS

1. Documentação sobre os principais cargos obtidos encontra-se levantada em Viterbo, 1899: I, 150-153.
2. Plano de Miguel Carlos Caldeira para administração do convento de Mafra. s.l., 1800. ANTT - *Condes de Linhares*. Mç. 19/1.
3. Beneficiando das receitas dos seus extintos conventos, auferiam, por exemplo, os dízimos e foros dos mosteiros de Landim, Vila Boa do Bispo, Refóios,

Paderne, Moreira, São Martinho e São Jorge. Por outro lado, para além dessas receitas, gozavam ainda os Regrantes dos juros reais já antes atribuídos a S. Vicente de Fora, provenientes de colectas públicas, mas sobretudo de uma longa lista de instituições fiscais, como a Alfândega de Lisboa, o Conselho Ultramarino, a Alfândega do Tabaco, a Casa das Carnes, a Tábula de Setúbal, o Almojarifado das Três Casas, a Intendência dos Armazéns e, até mesmo, do Tesouro da Casa de Bragança. ANTT - *Conselho Geral do Santo Ofício*. Papéis avulsos. Livro de Registos de Minutas, Mç. 2, N.º 307, fls. 23 v.-24 v.

4. *Idem*.
5. BNRJ - *Colecção Portugal*. I-32, 29, 049.
6. E de muitas outras, como “cera e gastos da sacristia”, “iluminação do convento”, “vestiaria dos padres”, “ordenado do médico” ou da “botica”. Cf. ANTT - *Núcleo dos Extraídos do Conselho da Fazenda*. Casa das Obras e Paços Reais. Obras de Mafra, Livro 83 A, fls. 5-10.
7. Informação contida na escrituração da Casa das Obras e Paços Reais, ali se registam efectivamente as despesas feitas com João Anastácio Ferreira Raposo (superintendente), Manuel Caetano de Sousa (arquitecto) e Leonardo Pinheiro de Vasconcelos (recebedor, comprador e pagador). Como esclarece Caldeira, o “apparato de huma nova administração” exigiu ainda um novo presidente, “ou Dez.ºr muito condecorado”, a que se juntavam, para além dos três mencionados, um escrivão, um fiel e vários serventes, numa despesa total que ascendia aos 40.000\$000 réis anuais, saídos dos cofres “do Erario para Mafra”. ANTT - *Núcleo dos Extraídos do Conselho da Fazenda*. Casa das Obras e Paços Reais. Obras de Mafra, Livro 83 A, fls. 5-10.
8. Como se precisa no *Livro dos Assentos das Determinações dos Capítulos do mosteiro*: “E logo ponderou como a todos Nos era notoria a amizade que nos servia o Tenente coronel da Engenharia Manoel Caetano de Soiza, mostrando a sua boa vontade nas muitas vezes que tem ajudado as Dependencias desta Caza sobre a qual ainda confiamos, esperando de conseguir para o diante por via dos seus bons officios muito do que ainda nos há preciso para a completa restauração deste nosso Mosteiro: pelo que lhe parecia justo que em sinal da nossa gratidão o ellegessemos para nosso Arquitecto dando lhe em cada anno 1000\$000 r.s; e como todo o cabbido estava inteirado da verdade que expunha S. R.ma foi o seu Parecer aprovado por todo o convento nemina discrepante.” Cf. AHPL - *Livro dos Assentos das Determinações dos Capítulos do Convento do Real Mosteiro de São Vicente de Fora (1772-1834)*. fl. 24. Contratação que visava corresponder ao “muito do que ainda” havia a fazer “para a completa restauração” do mosteiro de S. Vicente de Fora, integram-se neste período diversos reparos e intervenções, nomeadamente, “na Igreja, Mosteiro, suas officinas, e cerco”. *Idem*, fl. 34 v. Entre essas intervenções, destaque nas determinações do capítulo para a realização das grades da galilé (fls. 34 v.), frontal e pavimento da capela-mor, um torreão (fl. 48 v.), fundição e afinação dos sinos pelo mestre João Craveiro Lavache (59 v.), restauro dos azulejos e conclusão da pintura da portaria, aquisição de brocados, veludos (fl. 64 v.), paramentos (fl. 85), bancadas do coro (fl. 100 v.), restauro e aquisição de panos de Rás (fl. 101, 123), lustres de cristal (fl. 113), tocheiros (fl. 154 v.), obra do trono (fls. 190 v., 194), reedificação da capela-mor e escada do cardeal, compra de alfaias litúrgicas em prata (fl. 206, 215).

9. Actualmente ocupado pela igreja paroquial de Nossa Senhora das Mercês, Hospital de Jesus e Academia das Ciências de Lisboa.
10. Como descreve Baptista de Castro, “Todo este sagrado Templo ficou sujeito à lastimosa ruína, que lhe ocasionarão os violentos impulsos do terremoto. Cahio primeiramente a parede do oculo, que ficava ao Norte por cima da Capella mor, e arruinando o seu tecto, que era de cantaria almofadada, despedaçou não só todo o retabulo de talha dourada, e todo o Altar mór, mas a preciosa Capella do Santissimo, que lhe ficava contigua. Os arcos de pedra, que sustentavão o tecto da Igreja, e dividião o Cruzeiro, e o Coro, se desfizerão, e levarão consigo parte do ornato do mesmo Coro, e offenderão outras partes da Igreja, acabando de se arruinar tudo em a noite de 20 de Janeiro de 1756, em que cahio o tecto da Igreja, e se perdeo o Coro, que conforme os Architectos de bom gosto, era o mais formoso, e regular, que havia na Corte.” (Castro, 1763: 241-242)
11. Hoje propriedade do Museu Nacional de Arte Antiga (em depósito no Palácio de Belém).
12. Edificada por acção de D. António de Sousa Macedo (1606-1682), ministro de D. Afonso VI.
13. Telas figurando passos da vida de São Francisco, a sua autoria é questionada por Susana Varela de Almeida FLOR - “*Do seu tempo fazia parelha aos mais*”: *Marcos da Cruz e a Pintura do séc. XVII*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.
14. Atribuíveis ao entalhador Félix Aducto da Cunha.
15. Sobre este assunto vejam-se sobretudo os mais recentes estudos da autoria de Francisco António Lourenço Vaz, nomeadamente, aqueles que se indicam na bibliografia final deste trabalho.
16. AHPL - *Convento de Nossa Senhora de Jesus*. Livro Primeiro do Registo da Provincia da Terceira Ordem da Penitencia, Ms. 598; Segundo Livro dos Acórdãos desta Santa Provincia da Sagrada Ordem Terceira da Penitência do Reino de Portugal, Ms. 594.
17. Architecto da Junta do Comércio e do Conselho da Fazenda. Cf. Cirilo, 1823: 194; Viterbo, 1899: II, 219-222; Rossa, 1989: 329-330.
18. ANTT - *3º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, Cx. 144, fls. 40 v.-41.
19. ANTT - *7º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Tomás da Silva Freire. Livro de Notas N.º 585, Cx. 97, fls. 83-83 v.
20. ANTT - *9º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião Francisco de Borja Fialho. Livro de Notas N.º 657, Cx. 108, fls. 24-24 v.
21. Conservada na Biblioteca Pública de Évora, conhecem-se seis cartas de Joaquim de Oliveira para Cenáculo entre 1776 e 1785 (Gusmão, 1944-56).
22. ANTT - *3º Cartório Notarial de Lisboa*. Tabelião António Januário Cordeiro. Livro de Notas N.º 661, fl. 40 v.
23. Exercendo funções de canteiro no palácio de Queluz durante vários anos, em 1764 trabalhava na fachada de cerimónias, em 1766 nos pilares destinados às estátuas e bustos da quinta, e em 1784 nos lagos da horta e jardim das flores. Prosseguindo a sua actividade em Queluz, surge também registado no mapa-geral da basílica da Estrela, a 18 de Janeiro de 1785, como um dos cabouqueiros a quem são pagos materiais para a obra (Saldanha, 2008: 159).
24. ANTT, *3º Cartório Notarial de Lisboa*, Livro de Notas N.º 661, Cx. 144, fl. 40 v.

25. “Dei este papel em 4 de Julho de 1773 para Reynaldo Manuel fazer a Planta: Levou o original; e ficou esta copia”. BPE - CXXVIII / 2-5, fl. 312-313. Publ. por Vaz, 2009: 72-73.
26. *Idem*.
27. Atribuídos à Real Fábrica de Faiança do Rato, “Sobre a cimalha real no prumo de cada pilar das divisões das estantes está collocado hum busto dos Sábios mais distinctos de todas as Nações. Alli a par de Virgilio se vê o nosso Camões; a par de Newton o nosso Nunes; a par de Cicero, Tacito, e outros Mestres da Eloquencia, e da Historia estão Osório, Foreiro, Macedo, Barros, Resende, Goes, e outros muitos distinctos Sabios da Nação Portugueza, primorosamente esculpidos, e pintados fingindo marmore” (Descrição, 1816: 359).
28. De que são exemplares duas das sua obras mais relevantes: a já aludida fachada da igreja de Jesus, de Joaquim de Oliveira; e a capela do paço da Bemposta, de Manuel Caetano de Sousa.
29. Ao qual, aliás, têm sido recorrentemente associados os trabalhos de remodelação levados a cabo no complexo conventual de Jesus. Com efeito, acentuando uma tal similitude, na graciosa fachada de Joaquim de Oliveira pode reconhecer-se o primeiro traçado de Mateus Vicente de Oliveira para a basílica da Estrela, realizado pelos anos de 1777-78.